

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Nov

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2879/2022



## BAHIA

**CAMPANHA SALARIAL 2023**

**ASSEMBLÉIA DOS VIGILANTES**

**SINDVIGILANTES/BA** **CAMAÇARI** **SINDVIGILANTES/BA**

**SÁBADO DIA 12 DE NOVEMBRO ÀS 8:30**

**LOCA: NO SINDICATO – RUA GOIÁS, 29 – CENTRO**

**PARA VIRAR O JOGO:**

**NO LUGAR DA ESCRAVIDÃO, DIREITOS!**

**QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS, NÃO É DIGNO DELES.**

**PARA VIRAR O JOGO NO LUGAR DA ESCRAVIDÃO DIREITOS**

## NITERÓI/RJ

# SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITERÓI E REGIÕES FISCALIZA POSTOS DE SERVIÇO

Os diretores do Sindicato Svnit Claudio Vigilante e Eduardo Carvalho estiveram hoje dia 10/11/22 na parte da manhã no evento da Confederação de Vôlei na Praia de Icaraí em Niterói.

A direção do Sindicato recebeu denuncia de que a empresa de Segurança BSS estava prestando serviço no evento e não estava cumprindo a CCT atual no tocante aos valores das diárias e alimentação pagando o valor a menor e não fornecendo a alimentação determinada na CCT.

Procuramos o responsável pela empresa BSS, mas o mesmo segundo informações, só estará no local do evento amanhã dia 11/11/22.

Estaremos retomando ao posto de serviço de evento amanhã e vamos conversar com a direção da empresa e o contratante para que seja regularizado a situação dos vigilantes que estão fazendo a segurança de dia e noite até o dia 23/11/22 e não estão recebendo os valores corretos.

Não vamos aceitar que a empresa pegue serviço na nossa base territorial e não cumpra CCT.

Se a empresa se negar a Cumprir a CCT estaremos denunciando a empresa e o contratante ao MTE e ao MPT.

**FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões**

# Diretoria do Sindicato Svnit visita empresa de Segurança Security



**Os Diretores do Sindicato Svnit Claudio Vigilante e Dilson Vasconcelos** este hoje na parte da tarde dia 10/11/22 na sede da empresa de Segurança Security conversando com os supervisores responsáveis pela empresa aqui no RJ.

Fomos bem recebidos, os diretores do Sindicato apresentou aos representantes da empresa a forma de atuação do Sindicato na nossa base territorial, mostramos como trabalhamos pra garantir os direitos dos trabalhadores e

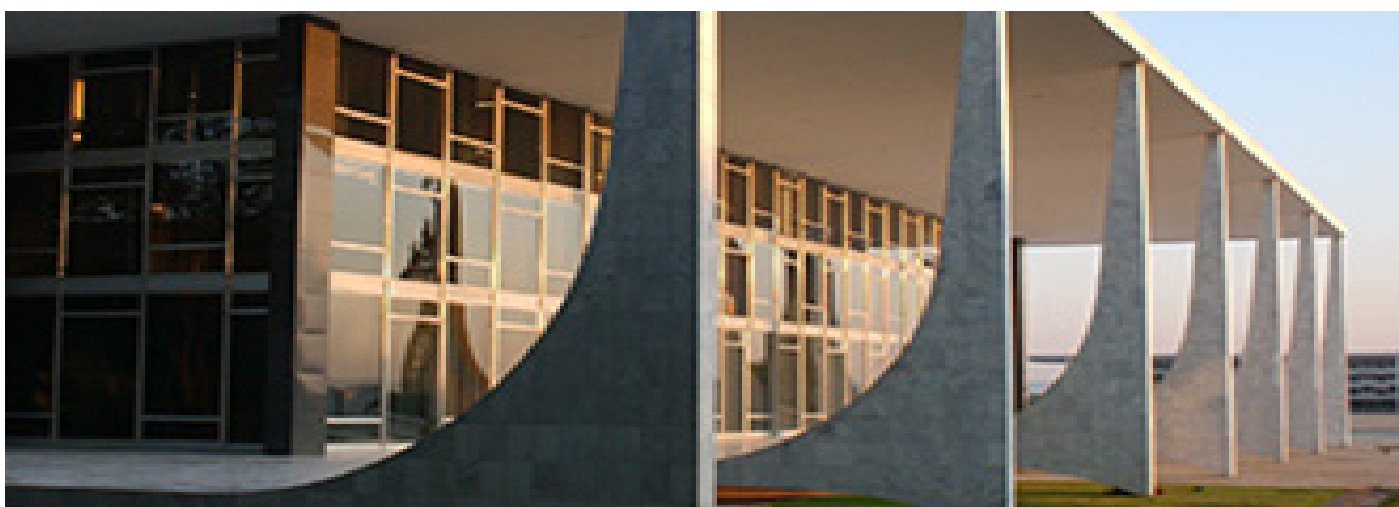
Informamos os benefícios que o Sindicato oferece aos associados e seus dependentes.

Essa é a prática da direção do Sindicato svnit pra que a empresa que esta entrando na nossa base territorial conheça como trabalhamos em defesa dos trabalhadores.

Fonte: Sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões.

## Sindicatos devem participar de ações sobre contratações em estatais

**A decisão do STF diz respeito a ação civil pública sobre contratações sem concurso público**



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é indispensável a participação dos sindicatos nas ações civis públicas (ACP) propostas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para

invalidar a contratação irregular de pessoal em empresa estatal. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 629647 (Tema 1.004 da repercussão geral), na sessão virtual encerrada em 28/10.

## **Dispensas**

No RE, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Roraima (Stiuer) pedia a anulação de acordo judicial homologado pela 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, em ação civil pública do MPT contra a contratação de empregados pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) sem concurso público. O acordo resultou na dispensa de 98% dos empregados.

## **Legalidade**

Em ação rescisória apresentada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), o sindicato apontou violação dos direitos de ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal das pessoas diretamente afetadas, por não terem sido incluídas na ação. A ação, no entanto, foi rejeitada pelo TST, que entendeu que o processo não visava proteger os interesses dos empregados, mas garantir o cumprimento do princípio da legalidade e da moralidade pública. Por esse motivo, o chamado litisconsórcio passivo (participação dos empregados ou do sindicato) é voluntário, pois representa interesse individual.

## **Liminar**

Em setembro de 2011, o relator do recurso no STF, ministro Marco Aurélio (aposentado), deferiu liminar na Ação Cautelar (AC) 2960, para suspender a dispensa imediata dos empregados até o julgamento final do processo.

## **Processo coletivo**

A decisão da Corte seguiu o voto divergente do ministro Alexandre de Moraes para desconstituir o acordo e determinar a reabertura

da instrução processual na Vara do Trabalho, com a integração do sindicato à ação. Segundo ele, o Supremo tem jurisprudência pacífica de que, na ação civil pública proposta pelo MPT para invalidar contratações sem concurso público, não cabe a citação de cada empregado. “No âmbito do processo coletivo, os interesses dos empregados devem ser defendidos pelo sindicato laboral que representa a categoria”, afirmou.

Também votaram nesse sentido os ministros Roberto Barroso, Dias Toffoli, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Nunes Marques e a ministra Cármen Lúcia.

## **Tese**

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: “Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria”.

## **Divergência**

O relator, ministro Marco Aurélio, os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin e a ministra Rosa Weber votaram por anular a homologação. Para eles, o empregado deve sempre integrar acordo celebrado em ação civil pública entre a estatal e o MPT que possa resultar em demissão.

RR/AS//CF

Fonte: STF

# Balanço trimestral: Caixa apresenta maior concessão de crédito da história

**Aumento considerável da oferta em ano eleitoral tem reflexos no balanço do banco**



O crescimento considerável de oferta de crédito que a Caixa Econômica registra nos resultados do terceiro trimestre do ano aponta para a instrumentalização do banco pelo atual governo, na tentativa frustrada de reeleger Bolsonaro. A avaliação é do dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rafael de Castro, com base em números oficiais divulgados nesta quarta-feira (9).

Em doze meses, a Carteira de Crédito Ampliada do banco público teve alta de 16%, totalizando R\$ 977 bilhões, com destaque para as operações comerciais com pessoas físicas que cresceram 22,6% e totalizaram R\$ 133,6 bilhões.

“No período pré-eleitoral, a Caixa apresentou uma abertura dos cofres muito diferente do

observado nos anos anteriores do governo atual. Claro que nós sempre defendemos uma Caixa indutora do desenvolvimento, que empresta mais às classes B, C e D, microempreendedores e pequenos empresários. Mas, a forma como isso ocorreu em tão curto período de tempo e diante da corrida eleitoral, preocupa”, pontou Rafael, que também é funcionário da Caixa e destacou o exemplo do controverso consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, que atingiu R\$ 5,5 bilhões de crédito até novembro, só na Caixa.

Essa movimentação que disponibilizou dinheiro para o mercado em quantidades consideráveis em curto espaço de tempo resultou, inclusive, em uma mudança significativa do Índice de Liquidez de Curto Prazo (RCL) que, em setembro de 2022, foi

de 176% ante os 295,6% em setembro do ano anterior, o que aproxima a Caixa do índice registrado pelos maiores bancos privados, de cerca de 150%.

### **Matemática**

Além da oferta de crédito ampliada em tempo de eleição, Rafael destacou a falta de planejamento da atual gestão. “Durante esse período delicado, onde nos colocamos na linha de frente para não deixar de atender ao país e pessoas que mais precisam, o que contribuiu para que centenas de vidas de bancárias e bancários fossem ceifadas, assistimos representantes do primeiro escalão do banco usando a mídia para se gabar de resultados positivos, conquistados, em grande medida, a pressão exagerada sobre os trabalhadores. Isso é o que chamamos de ‘gestão do banco da matemática’, termo que faz alusão às frases do ex-presidente [afastado por denúncias de assédio] Pedro Guimarães, sobre ser eficiente, denominando a Caixa como ‘banco da matemática’. Cada dia trabalhado nessa gestão foi um sufoco”.

O dirigente da Contraf-CUT destacou ainda que, apesar dos resultados positivos no balanço recente, as entidades que representam os trabalhadores da Caixa seguem registrando casos “de assédio moral”, onde os bancários trabalham em um estado de “pandemônio diário, sem saber o que a diretoria quer, com alterações bruscas e constantes de metas que extrapolam qualquer nível de tolerância aceitável e de forma jamais vista em nossa história”. Em paralelo a esse cenário, “sistemas não funcionam, computadores e terminais de autoatendimento frequentemente apresentam problemas”.

### **Outros dados**

No segmento de pessoas jurídicas, o crescimento de crédito comercial nos últimos doze meses foi de 10,9% em relação ao mesmo período de 2021, totalizando R\$ 89,7 bilhões, com relevo para as linhas voltadas às micro e pequenas empresas (R\$ 57,5 bilhões). No balanço trimestral da Caixa, ocorre destaque também para o segmento de agronegócio, onde o aumento do crédito foi de 227,4%, totalizando

R\$ 40,3 bilhões.

As demonstrações financeiras apontam ainda que, nos nove primeiros meses do ano, a Caixa apresentou lucro líquido de R\$ 7,6 bilhões, com diminuição de 45,9% em relação ao mesmo período do ano subsequente. Deste total, R\$ 443 milhões foram resultado de receitas provenientes do desreconhecimento do passivo de juros e atualização monetária (contrato nº 504/PGFN/CAF), referente a devolução de valores de IHCDs (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida) para o tesouro. Já a rentabilidade sobre o patrimônio líquido do banco (ROE) ficou em 9,23%, com decréscimo de 10,6 pontos percentuais (p.p.).

### **Dedicação dos bancários**

Em artigo de análise sobre os resultados recentes, a representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, ponderou que “mesmo em meio a ampliação drástica de denúncias de casos de assédio moral e sexual (...) e aumento nos afastamentos médicos na ordem de 45% no mesmo período; (...) mesmo em meio a pandemia, sofrendo pressão de todo tipo; os empregados da Caixa continuam na linha de frente atendendo milhões de clientes e de brasileiros e brasileiras desamparados pela crise social e econômica que o país atravessa. O compromisso com a gestão pública, expertise e dedicação são a marca dos trabalhadores da Caixa, que merecem respeito e valorização”.

“Trabalhar duro nunca foi problema para nenhum bancário da Caixa”, completou Rafael Castro. “No futuro próximo, esperamos da gestão do banco diálogo, respeito e valorização dos trabalhadores. Queremos ser ouvidos e ajudar na reconstrução da Caixa que o Brasil precisa, porque conhecemos a realidade, as necessidades e as possibilidades de crescimento de fluxos e operações do banco, para apoiar no projeto de fortalecimento das empresas públicas em favor do desenvolvimento do país”, concluiu.

**FONTE: CONTRAF**

# Reforma trabalhista completa 5 anos: menos direitos e queda na renda do trabalhador

**Criada em 2017 na gestão de Michel Temer, reforma deve passar por uma revisão do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para que a legislação assegure direitos e salários dignos**

Antonio Cruz / Ag. Brasil



Reforma foi aprovada na Câmara, em 2017, em meio a protestos dos parlamentares que defendem os direitos dos trabalhadores

A Reforma Trabalhista completa nesta sexta-feira (11) cinco anos de vigência. Proposta e aprovada durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), a mudança na legislação sobre o trabalho no país reduziu direitos de empregados e contribuiu para a queda de seus rendimentos. Por isso, deve passar por uma revisão durante o próximo governo.

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu em carta divulgada dias antes do segundo turno construir uma nova legislação trabalhista que “assegure direitos mínimos – tanto trabalhistas como previdenciários – e salários dignos”.

Já a reforma de 2017 visou exatamente ao oposto disso. Retirou da lei garantias de trabalhadores para, com isso, reduzir o custo da contratação de empregados para os empresários e gerar até 6 milhões de postos de trabalho – o que nunca ocorreu.

Segundo o advogado Ricardo Mendonça, doutor em Ciências Jurídicas e Políticas na Universidade Pablo de Olavide, da Espanha, a reforma acabou precarizando as relações de trabalho e incentivando a terceirização.

Também dificultou o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, reduzindo o acesso gratuito aos tribunais e até prevendo que trabalhadores tenham que ressarcir empregadores caso percam processos.

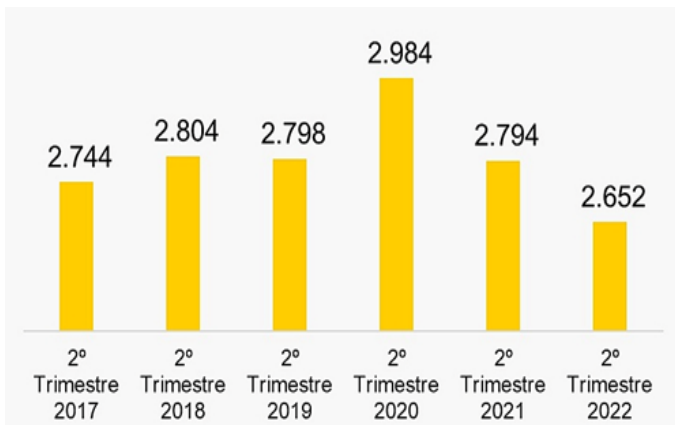
Por fim, reduziu o poder dos sindicatos em negociações e ainda comprometeu a sustentabilidade financeira das entidades tirando delas, por exemplo, o valor que era arrecadado por meio do imposto sindical.

“Todas foram medidas para reduzir direitos dos trabalhadores e para ampliar a margem de lucro de empresários”, resumiu Mendonça. “O resultado foi desemprego, informalidade e concentração de renda.”

## **Números comprovam fracasso**

Para Patrícia Pelatieiri, diretora adjunta do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam as consequências da reforma para o trabalhador.

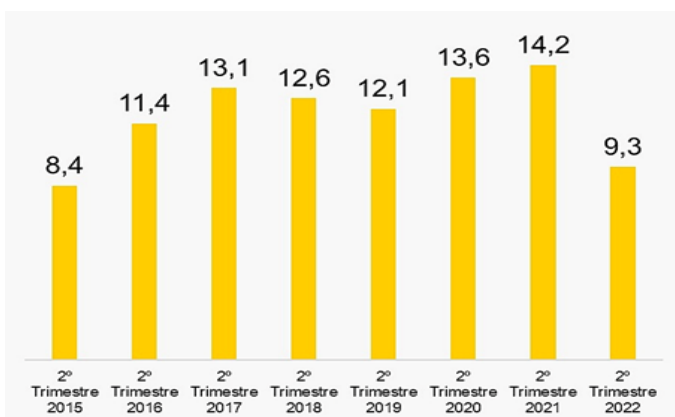
Ela lembrou que, no segundo trimestre de 2017 – ou seja, antes da Reforma Trabalhista –, um trabalhador brasileiro recebia em média R\$ 2.744 (valores corrigidos pela inflação). Cinco anos depois, no 2º trimestre de 2022, ele ganhava R\$ 2.652.



Rendimento médio do trabalhador. Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Dieese / Reprodução

Citou também que a taxa de desemprego até caiu de 2017 para cá, mas ainda está acima da registrada há dez anos. E essa queda não deve ser vista necessariamente como algo totalmente positivo para o trabalhador.

“Muitos trabalhadores foram empurrados para a informalidade, que bateu recorde neste ano, atingindo 39,3 milhões de pessoas”, afirmou.



Taxa de desocupação. Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: Dieese / Reprodução

Segundo o IBGE, cerca de 39% dos trabalhadores brasileiros são informais. Hoje, eles formam um contingente maior do que o de trabalhadores do setor privado com carteira assinada – 36,3 milhões, segundo dados oficiais.

“A reforma deu errado porque o que amplia o emprego é o crescimento econômico”, complementou o economista David Deccache, assessor do PSOL na Câmara dos Deputados e diretor do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD). “E o que amplia o crescimento é o investimento público, que caiu nos últimos anos.”

## Expectativa de reversão

Deccache defende uma revisão da reforma e diz que ela é, sim, possível durante o próximo mandato de Lula. Para ele, o ex-presidente foi novamente eleito prometendo rever a reforma. A mobilização de entidades sindicais deve pressionar por isso.

Pelatieri também vê espaço para revisão e espera que ela seja proposta logo no início do novo governo, quando historicamente o novo presidente goza de maior prestígio político. Para ela, a revisão faria bem para que o país apontasse para o tipo de empregos ele quer gerar no futuro.

“Não tem como gerar emprego sem crescimento”, afirmou. “Agora, nem todo crescimento gera emprego. É preciso uma intencionalidade para gerar trabalhos de qualidade.”

Para Pelatieri, o Brasil precisa rever principalmente a precarização dos contratos de trabalho criada pela reforma. Ela defendeu também que seja devolvida aos acordos coletivos a importância sobre a definição de salários e outros direitos.

Pelatieri, aliás, lembrou que a Espanha fez isso em 2021, revertendo reformas trabalhistas de 2008 e 2012. Lá, os resultados foram bons.

Em agosto, o Brasil de Fato publicou uma reportagem sobre a contrarreforma espanhola. Até ali, o número de trabalhadores desempregados havia caído de cerca de 3,1 milhões para 2,9 milhões só durante 2022, até julho.

### :: Contrarreforma cria empregos na Espanha e pode ser exemplo ::

Em julho de 2021, os desempregados na Espanha eram cerca de 3,4 milhões.

Tanto Pelatieri, do Dieese como o advogado Mendonça defendem que a Espanha seja vista como um exemplo para o Brasil nesse eventual processo de revisão. “É preciso construir novamente um ambiente de inclusão social por meio do trabalho”, disse Mendonça.

FONTE: Vinicius Konchinski | Brasil de Fato | Curitiba

# Equipe de Lula planeja rever três pontos da reforma trabalhista. Veja quais



Lula deve rever pontos de reforma trabalhista aprovada durante a gestão de Michel Temer - Foto: AP Photo/Eraldo Peres

A equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) priorizou rever três pontos da reforma trabalhista realizada na gestão de Michel Temer e que completa cinco anos nesta sexta-feira. Em uma sinalização à ampla frente que o apoiou, o petista não vai propor revogação de todas as mudanças trabalhistas, como chegou a ser defendido no passado pelo partido.

De acordo com pessoas da equipe de transição envolvidas diretamente neste debate, os três pontos considerados fundamentais para serem revistos são: o regime de trabalho

intermitente, por hora de serviço; a chamada ultratividade das normas coletivas; e a autorização para acordos firmados diretamente entre patrões e empregados sem o aval do sindicato da categoria.

Uma das inovações da reforma, o regime intermitente não deve acabar, mas deve passar por ajustes. Nesse modelo, o trabalhador pode prestar serviço de forma esporádica e a várias empresas, podendo ganhar por horas, dias ou meses. São garantidos os direitos trabalhistas, mas se a contribuição previdenciária não for suficiente, ele precisa complementar do bolso.



Hoje, a modalidade está presente em várias atividades da economia, como entretenimento, restaurantes e lanchonetes, indústria alimentícia, comércio, escolas, consultório médico e metalurgia, por exemplo. Segundo dados do Ministério do Trabalho, o saldo de empregos para intermitentes passou de 72.275 em 2020 para 92.696 em 2021. Até setembro deste ano foram abertas 59.158 vagas nesse regime.

- **Acordo direto entre patrão e empregado**

Na visão de pessoas próximas ao presidente eleito, contudo, o modelo é considerado contrato precário. A ideia é permitir que o regime intermitente de trabalho valha apenas para setores específicos, como turismo, shows e buffets.

Esses auxiliares também querem rever a medida que autorizou acordos diretos entre patrões e empregados sem o aval do sindicato. O tema chegou a ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou, durante a pandemia, a redução de salário e de jornada em situações de emergência.

— O objetivo é resgatar o papel dos sindicatos e o fortalecimento das negociações coletivas – disse Antonio Megale, sócio da LBSs Advogados e consultor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Cortes em massa: Meta anuncia demissão de 11 mil funcionários do Facebook, Instagram e WhatsApp e congela contratações até 2023

- **Convenções coletivas prolongadas**

A equipe de Lula também pretende voltar com a figura da ultratividade, que permite prolongar acordos e convenções coletivas em vigor até que as partes cheguem a um novo entendimento. Isso acabou com a reforma.

— Com o fim da ultratividade, direitos sociais conquistados há décadas e que representam um avanço para as categorias caem por terra com o fim do acordo e, geralmente, as negociações são demoradas — disse o presidente da Força

Sindical, Miguel Torres.

Para o advogado Bruno Freire e Silva, professor de Direito Processual do Trabalho da UERJ, ainda que o novo governo reveja pontos específicos da reforma, a medida pode causar insegurança jurídica a trabalhadores e empresas, com reflexos na economia.

— Mexer na ultratividade, nos intermitentes e na negociação individual será um retrocesso, no caminho adotado nas opções legislativas de flexibilização das relações trabalhistas – disse Freire.

Segundo ele, a pandemia acabou por atrapalhar a perspectiva de geração de empregos trazida pela reforma.

— No atual cenário vislumbro a necessidade de regulamentação de trabalhos informais e em plataformas digitais. Há muito trabalho, mas sem uma devida regulamentação, que não foi realizada pela Reforma Trabalhista.

- **Trabalhadores de plataformas**

A equipe de Lula também estuda criar regras e proteção social para os trabalhadores de plataformas, como Uber, mas ainda não há detalhes. A estratégia será abrir um canal de diálogo com esses prestadores de serviço.

O governo de Jair Bolsonaro discutiu o tema, mas não chegou a encaminhar uma proposta ao Congresso. A ideia era cobrar uma contribuição previdenciária descontada do salário dos trabalhadores pelas plataformas.

Segundo interlocutores, a estratégia do governo Lula para mexer na reforma será criar um grupo tripartite, com a representação de empregadores, trabalhadores e governo para rever os pontos da reforma.

- **Imposto sindical obrigatório**

Por outro lado, não há previsão da equipe de transição em rever pontos como o fim do imposto sindical obrigatório, uma das mudanças mais criticadas por centrais sindicais, algumas delas ligadas a partidos que apoiaram Lula na campanha eleitoral. Na visão da equipe que trabalha na transição, não é possível voltar com a cobrança que foi extinta.

Nos pontos que devem ser mantidos também estão a prevalência de acordos firmados entre empresas e sindicatos de trabalhadores sobre o legislado, além de artigos que tratam sobre banco de horas, home office, jornada de trabalho, divisão de período de férias, dentre outros.

A reforma trabalhista abrange todos os trabalhadores com carteira assinada. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência, o estoque de assalariados atingiu recorde de 42,825 milhões em setembro.

Após o retorno das atividades com o controle da pandemia de Covid, em 2021 e neste ano, houve uma desaceleração na geração de empregos, mas com saldo positivo de 2,147 milhões entre janeiro e setembro.

— A reforma trabalhista deve estimular a formalização do mercado de trabalho, ao reduzir os custos de contratação – afirmou o analista da Tendências Consultoria, Lucas Assis.

- **Desemprego em queda**

Para o economista José Márcio Camargo, a ideia de rever os três pontos considerados prioritários não “mataria” a reforma, aprovada em 2017, mas é um retrocesso.

— A reforma é bastante ampla. Tem várias coisas importantes. Por exemplo, valoriza a negociação coletiva em detrimento da legislação, flexibiliza o próprio contrato de trabalho, acaba com o financiamento dos sindicatos via imposto, cria novos tipos de contrato de trabalho – disse Camargo.

Segundo ele, essa é uma das razões da queda na taxa de desemprego, porque os salários ficaram mais flexíveis.

— O mercado está funcionando de forma muito mais eficiente, o que reduz a taxa de desemprego, que, por sua vez, gera pressão

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

inflacionária – destacou o economista.

A mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) teve início em dezembro de 2016, com o ex-presidente Michel Temer. Com apoio das centrais sindicais, ele enviou ao Congresso um projeto de lei propondo uma minirreforma trabalhista. Na prática, legalizava acordos firmados entre empresas e sindicatos de trabalhadores não reconhecidos pela Justiça.

Nas mãos do relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), o projeto ganhou uma dimensão muito maior com mudanças em vários artigos CLT. A proposta foi aprovada na Câmara por 296 votos favoráveis e 177 contrários. Toda a bancada do PT votou contra, com 52 votos.

O governo Bolsonaro tentou, no fim de 2019, fazer uma reforma trabalhista por medida provisória (MP), criando o contrato Verde e Amarelo para estimular a contratação de jovens, com direitos trabalhistas reduzidos. A proposta avançou na Câmara dos Deputados e emperrou no Senado.

- **Mudanças no Ministério do Trabalho**

A tendência é que, no governo Lula, o Ministério do Trabalho e Previdência, seja desmembrado. Um dos nomes cotados para assumir o Trabalho é de Luiz Marinho (PT-SP), eleito deputado federal e que já comandou a pasta.

Mas a indicação ainda não está definida. Uma corrente defende que Carlos Luppi, presidente do PDT, que apoiou Lula no segundo turno, seja agraciado. A ideia é que ele apresente alguém da cota do partido.

Para o Ministério da Previdência, a tendência é indicar um nome político pra facilitar a composição de uma base no Congresso.

**FONTE: YAHOO**

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF